

» Ponto a ponto

» CLAUDIO ANGELO | OBSERVATÓRIO DO CLIMA

Para o coordenador de Política Internacional do Observatório, Congresso desmontou a legislação ao derrubar vetos de Lula ao marco do licenciamento

‘Pedra angular’ da lei ambiental quebrou

» FRANCISCO ARTUR DE LIMA

Aderrubada dos vetos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao marco legal do licenciamento, voltou a acender um alerta em ambientalistas pelo desmonte dos mecanismos de controle e proteção ao meio ambiente. Para o coordenador de Política Internacional do Observatório do Clima, Claudio Angelo, o Congresso derrubou a ‘pedra angular’ da legislação ambiental, e a decisão, tomada logo após a COP30, indica que o Brasil ‘não é um país sério’. Veja o ponto a ponto da entrevista de Angelo ao Correio:

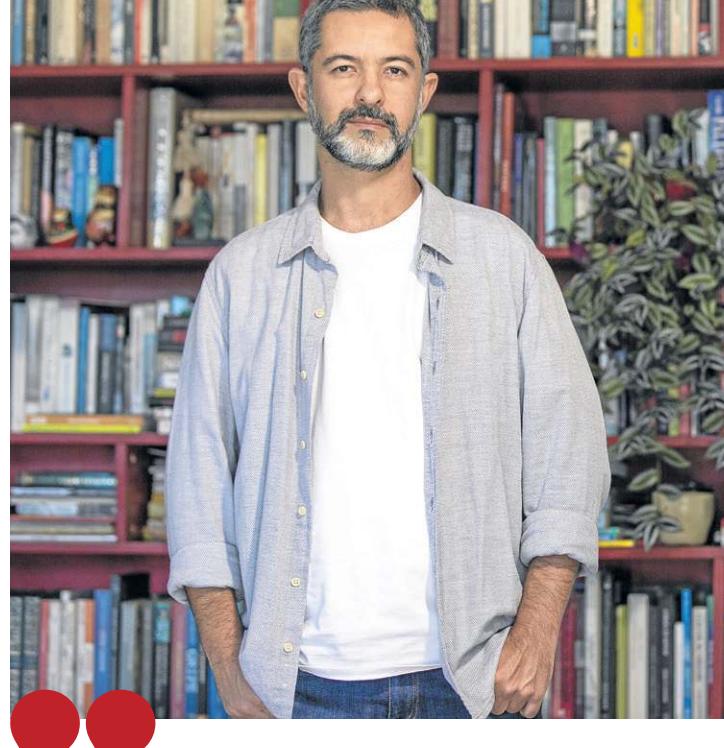
Ataque à política ambiental

O licenciamento é a pedra angular da legislação ambiental do Brasil. Ele foi definido desde a Política Nacional do Meio Ambiente, que é a nossa primeira lei do quadro ambiental de 1981. Quando o Congresso aprova uma lei que ‘mata’ o licenciamento e derruba os vetos presidenciais que tentaram salvar parte do texto, ele está fazendo o maior ataque à legislação ambiental brasileira. O Congresso está desmontando a pedra angular da Política Nacional do Meio Ambiente e, inclusive, contrariando a jurisprudência do STF sobre a Licença por Adesão e Compromisso (LAC).

Insegurança jurídica

O que isso promove é a judicialização dos projetos. Como agora não se pode mais confiar no arcabouço geral da lei de

Guto Martins/Observatório do Clima



Haverá muito mais insegurança jurídica. Isso levará a mais projetos sendo judicializados, pois podem afetar não apenas o meio ambiente, mas também a saúde e a segurança da população”

licenciamento, haverá muito mais insegurança jurídica. Isso levará a mais projetos sendo judicializados, pois podem afetar não apenas o meio ambiente, mas também a saúde e a segurança da população.

Processos judiciais

Pense em um projeto para

construir uma barragem de rejeitos perto de uma vila ou escola. Hoje, isso está sujeito a ritos de licenciamento. Mas, pela nova lei, poderá ser feito com um ‘aperto de botão’, ou preenchendo um formulário na internet. É evidente que as populações e o Ministério Público vão entrar na justiça. O

Congresso vende a ideia de desburocratização e agilização, mas isso não vai acontecer.

COP30

A derrubada dos vetos passa para o mundo a sinalização de que o Brasil não é um país sério. É um país que está jogando contra o planeta e contra seus próprios compromissos de redução de emissões. A nova lei levará ao aumento de emissões do Brasil. Ela torna o controle do desmatamento muito mais difícil. Além disso, torna a atividade agropecuária, inclusive, em áreas griladas, passível de ser feita sem licença.

Mais rigor

O que o Brasil precisa é de mais rigor no licenciamento ambiental, não menos. É perfeitamente possível ser rigoroso e ágil ao mesmo tempo. A lentidão no processo não deve à burocracia ou incompetência, mas sim, a projetos ruins e órgãos sucateados. Para resolver isso, o Brasil precisa dotar os órgãos ambientais de pessoal e de capacidade financeira e técnica para que possam realizar seu trabalho de forma ágil e rigorosa.

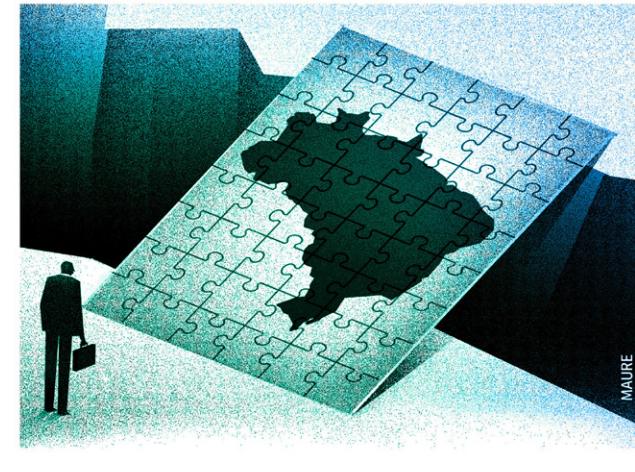
PL da Devastação

Sobre a negociação, o Congresso fez exatamente o oposto: ele não quis negociar nada. Ele buscou uma abordagem maximalista para derrubar integralmente os vetos do presidente, que eram praticamente pontos inegociáveis. O objetivo do Congresso é ‘ressuscitar’ o PL da Devastação.”

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo

luizacedo.df@dabr.com.br



Um novo ciclo político se abre diante de uma onda reacionária global

A percepção de que há uma corrida mundial para reinventar o Estado não é nova, mas nunca foi tão flagrante e urgente. As mutações tecnológicas, a reconfiguração das subjetividades na chamada ‘sociedade líquida’ e a crise dos mecanismos tradicionais de representação, como os partidos, o parlamento e a imprensa, colocaram os países diante de escolhas dramáticas. No turbilhão, democracias representativas parecem correr atrás dos acontecimentos, enquanto regimes autoritários, por concentrarem poder, reprimir dissensos e eliminar freios e contrapesos, conseguem produzir respostas mais rápidas e, em certos casos, mais eficazes à necessidade de modernização.

A Arábia Saudita talvez seja o exemplo mais eloquente dessa contradição: moderniza sua economia com velocidade quase futurista, mas à custa de liberdades civis, participação política e direitos humanos. Já no Ocidente, democracias centrais, como a França, contorcem-se diante da pressão das ruas, da polarização ideológica, da erosão de partidos tradicionais e da incapacidade de produzir reformas que mobilizem consenso.

Nesse cenário, a ascensão vertiginosa da China redefine o tabuleiro global. O país saltou etapas decisivas das revoluções industriais e se impôs como potência tecnológica, comercial e militar sem realizar a abertura liberal-democrática que muitos analistas consideravam inevitável. Ao contrário: Xi Jinping consolidou um regime mais fechado, nacionalista e vigilante.

Poucos anteciparam que, simultaneamente, o próprio Ocidente caminharia para uma guinada reacionária. A volta de Donald Trump ao poder, que consolidou o trumpismo como fenômeno político-cultural, transformou as big techs em eixo de poder equivalente, ou até superior, ao velho complexo militar-industrial do pós-guerra. A democracia mais influente do planeta tornou-se o centro difusor de um tipo de populismo autoritário que inspira líderes na Europa, na América Latina e na Ásia. Para perplexidade geral, a maior democracia do Ocidente passou a liderar uma onda reacionária global.

É nesse contexto que o Brasil atravessa o esgotamento de um ciclo político. Nossa Estado democrático foi submetido ao teste mais duro desde 1988, culminando na condenação de Jair Bolsonaro e de oficiais-generais por tentativa de golpe — um fato inédito, que rompeu o tabu do pacto tácito entre civis e militares desde a transição. Parecia ali o fim de uma polarização política na qual um ex-líder operário e um capitão indisciplinado se alternavam como polos de mobilização política desde o início do século.

Acontece que um vazio geracional e o esgarçamento institucional impedem que o ciclo se encerre. A nova geração política não vive nem a ditadura nem a transição democrática, carece de memória histórica e se forma num ambiente global em que o mundo parece marchar para trás, na direção das autocracias orientais e dos populismos reacionários ocidentais.

Duas rotações

Como ressaltou o cientista político Marco Aurélio Nogueira, ontem, no artigo publicado no *Estado de São Paulo*, o país gira em falso, como no diagnóstico de Joaquim Nabuco sobre os ‘dois movimentos’ políticos: aquele que fazemos parte sem perceber e aquele que parte de nós mesmos, porém, confundido com pura agitação improdutiva. No Brasil, predomina o segundo: hipératividade sem direção, energia política desperdiçada em conflitos estreitos, incapacidade de produzir consensos estruturantes.

O Congresso é a expressão mais ambígua desse momento. Salvou a democracia em 8 de Janeiro, talvez mais por instinto de sobrevivência da maioria de seus líderes, diante da experiência de 1964, do que por convicções ideológicas. Entretanto, foi tomado por uma lógica perversa de poder, baseada na manipulação orçamentária, na chantagem e num pragmatismo sem limites. No Senado, ainda resiste algum freio republicano; na Câmara, bancadas inteiras operam desconectadas da sociedade, blindando seus próprios interesses — inclusive, de parlamentares envolvidos em escândalos ou atores ostensivos de aventuras golpistas.

Como bem lembrou Nogueira, nada disso significa que o Brasil esteja em regressão. Ao contrário: mantém uma democracia resiliente, avanços científicos e sociais importantes, setores econômicos dinâmicos e uma cultura vibrante. Mas falta direção estratégica. Falta o movimento político profundo — e não a agitação superficial — que permite abrir um novo ciclo histórico, protagonizado por uma nova geração de políticos. Como na passagem bíblica da travessia do deserto, os hebreus que haviam sido escravos não tinham cabeça para construir uma sociedade livre, era preciso que outra geração o fizesse, como disse Moisés.

O país se move lentamente, mesmo dispondendo de vastos recursos materiais e humanos, o que aumenta a defasagem em relação ao que acontece no mundo. O problema fiscal permanece crônico; a desigualdade estrutural, intacta; a transição energética, atrasada; a violência urbana, explosiva; e os serviços públicos, apesar de avanços notáveis como o sistema de saúde, demandam inovação e mais eficiência. Os Poderes vivem em conflito permanente, a política perdeu apelo e criatividade, e a sociedade civil patina em capacidade de mobilização. Às vésperas de 2026, o vazio é visível. Falta um projeto que organize expectativas e convoque a população para algo que não seja o confronto destrutivo e tóxico. É preciso construir uma ampla frente democrática, com uma agenda progressista, de caráter social-liberal e exequível.

» MARCOS CINTRA | INSTITUTO PENSAR ENERGIA

Vetos destravam investimentos

Se tores da economia, como o de energia, veem a derrubada dos vetos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao novo marco do licenciamento como forma de incentivar investimentos e desburocratizar a criação de novos projetos. Para o presidente do Instituto Pensar Energia, Marcos Cintra, a decisão do Congresso não permite ‘passar a boiada’, mas sim, dar um ‘tratamento mais simples para o que é simples’. Veja o ponto a ponto da entrevista de Cintra ao Correio:

20 anos de espera

O Brasil esperou mais de 20 anos por uma Lei Geral de Licenciamento Ambiental. Quando finalmente aprovamos um marco, não fazia sentido mutilá-lo a ponto de manter tudo como está. Ao derrubar os vetos, o Congresso deu previsibilidade procedural, introduziu instrumentos modernos de gestão de risco, como a priorização de projetos estratégicos, e destravou uma fila de investimentos que está represada apenas por ineficiência processual, não por falta de cuidado ambiental.

Tempo compatível

Não estamos falando em ‘passar a boiada’. Estamos falando em substituir um modelo caótico, lento e desigual por um sistema com regras claras, prazos conhecidos, critérios de enquadramento e proteção jurídica ao servidor que age corretamente. No setor de energia isso é decisivo: usinas, linhas de transmissão, gasodutos e projetos

de capacidade firme só fazem sentido se forem licenciados no tempo compatível com a necessidade do sistema.

Priorizar, não afrouxar

Quando falamos em ‘priorizar’ e não ‘afrouxar’, estamos dizendo o seguinte: o Brasil precisa parar de tratar tudo como se fosse igual. Empreendimentos de grande porte, em área sensível, com impacto significativo, têm que continuar passando por estudo de impacto e risco robusto, audiências públicas, condicionantes rigorosas e acompanhamento próximo. Mas isso não significa que uma linha de transmissão em faixa já antropizada, a modernização de uma usina existente ou um reforço de subestação em área urbana devam enfrentar a mesma carga burocrática de um novo projeto. ‘Priorizar’ significa dar tratamento mais simples para o que é simples

Licença simplificada

A Licença por Adesão e Compromisso (LAC) é um bom exemplo de como o debate às vezes se mistura com caricatura. Não é um ‘liberar geral’, ela é um instrumento para atividades de baixo impacto, padronizáveis, que podem seguir parâmetros previamente definidos em norma. Vários estados já adotam formatos semelhantes há anos, com bons resultados. A posição do Instituto Pensar Energia é: a LAC deve ser usada com critério, restrita a tipologias de menor risco, com base técnica clara e possibilidade de fiscalização posterior efetiva.

Bruna Beck



O Congresso deu previsibilidade procedural, introduziu instrumentos modernos de gestão de risco e destravou investimentos represados por ineficiência processual”

Investimentos

O potencial de destravamento é muito grande. Do ponto de vista do setor de energia, podemos destacar alguns grupos. Projetos de geração firme e de reserva de capacidade, como térmicas a gás, usinas híbridas e empreendimentos associados ao leilão de capacidade previsto para março do ano que vem ganham maior segurança de que conseguirão cumprir prazos contratualizados. Linhas de transmissão e

reforços de rede também, que hoje são um dos principais gargalos para escoar tanto a energia renovável quanto a energia firme.

Menos grito ideológico

É isso que o Instituto Pensar Energia está defendendo: menos grito ideológico, mais método, mais responsabilidade e mais capacidade de o país executar aquilo que ele próprio considera prioritário. (FAL)